



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

Aos 24 dias do mês de janeiro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

Audição da CNIS no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE sobre Ação Social e regras dos Acordos de Cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social;

II Parte

1. Apreciação e votação das atas 122 e 123, relativas às reuniões dos dias 13 e 18 de dezembro de 2017;

2. Plano de Atividades da Comissão para a 3.ª sessão legislativa;

3. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

- **Projeto de Lei n.º 728/XIII (3.ª) - Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da Troika que vieram facilitar os despedimentos e reduzir as compensações devidas aos trabalhadores, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro (BE)**

Deputado autor do parecer: GP do PS;

- **Projeto de Lei n.º 729/XIII (3.ª) - Altera o regime jurídico aplicável à contratação a termo, concretizando os compromissos constantes do programa de Governo e as recomendações do grupo de trabalho para a preparação de um plano nacional de combate à precariedade, procedendo à 13.ª alteração à lei 7/2009 de 12 de fevereiro (BE)**

Deputado autor do parecer: GP do CDS-PP;

- **Projeto de Lei n.º 730/XIII (3.ª) - Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da Troika relativas ao despedimento por extinção do posto de trabalho e elimina a figura do despedimento por inadaptação, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro (BE)**

Deputado autor do parecer: GP do PS;

- **Projeto de Lei n.º 731/XIII (3.ª) - Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório, aprofundando a recuperação de rendimentos e contribuindo para a criação de emprego, procedendo à 13.ª alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro**

Deputado autor do parecer: GP do PS;

- **Projeto de Lei n.º 732/XIII (3.ª) - Elimina os regimes do banco de horas individual e da adaptabilidade individual, procedendo à 13.ª alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro**

Deputado autor do parecer: GP do PSD;

- **Projeto de Resolução n.º 1240/XIII (3.ª) - Recomenda ao Governo que legisle para garantir que os acompanhantes de grávidas nas deslocações inter-ilhas dos Açores tenham as faltas ao trabalho justificadas na legislação laboral (PSD);**



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

4. Distribuição da COM(2017)797 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis na União Europeia (a remeter à CAE até 26 de fevereiro);
Deputado relator: GP do PS

5. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 177/XIII (1.ª) - Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade (PCP)
Deputada autora do parecer: Clara Marques Mendes (PSD);

6. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 566/XIII (2.ª) - Alarga o período de licença parental exclusiva do pai e estabelece a igualdade na parentalidade em caso de adoção, incluindo a adoção por casais do mesmo sexo, e de utilização das técnicas de PMA (15.ª alteração ao Código do Trabalho e 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril) (BE)
Deputada autora do parecer: Clara Marques Mendes (PSD);

7. Fixação da redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 1168/XIII (3.ª) (PSD) e 1181/XIII (3.ª) (PEV) - Recomenda ao Governo a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens;

8. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP para audição do Governador do Banco de Portugal, igualmente com carácter de urgência, para prestar todos os esclarecimentos sobre os contornos que envolvem a hipótese da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entrar no capital da Caixa Económica Montepio Geral, S.A.;

9. Outros assuntos.

I Parte

Audição da CNIS no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE sobre Ação Social e regras dos Acordos de Cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social;

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputada Wanda Guimarães (PS), que presidiu à reunião em virtude da impossibilidade do Senhor Presidente estar presente, deu as boas vindas ao Senhor Padre Lino Maia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a quem agradeceu a presença, que se fez acompanhar pelo Dr. Henrique Rodrigues, apresentou a metodologia adotada para aquela audição e deu a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) para apresentação do requerimento da autoria do seu Grupo Parlamentar, aprovado por unanimidade em reunião da Comissão.

Usou de seguida da palavra o Senhor Padre Lino Maia na sua primeira intervenção.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

Na única ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas **Maria das Mercês Borges** (PSD), **Carla Tavares** (PS), **José Moura Soeiro** (BE), **Filipe Anacoreta Correia** (CDS-PP) e **Diana Ferreira** (PCP), tendo o Senhor Padre Lino Maia respondido em conjunto às questões colocadas, e tendo ainda o Dr. Henrique Rodrigues procedido a esclarecimentos adicionais sobre esta matéria.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

II Parte

1. Apreciação e votação das atas 122 e 123, relativas às reuniões dos dias 13 e 18 de dezembro de 2017;

Submetidas à votação as atas n.ºs 122/XIII/3.ª SL e 123/XIII/3.ª SL, relativas às reuniões de 13 e 18 de dezembro, foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

2. Plano de Atividades da Comissão para a 3.ª sessão legislativa;

Neste ponto, tomou da palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), que começou por agradecer a inclusão deste tópico na Ordem do Dia, sublinhando que é pelo Plano de Atividades que se devem orientar os trabalhos da Comissão. Como tal, recordou a realização da Sessão Pública sobre o Estatuto do Cuidador Informal, reiterando a pretensão do seu grupo parlamentar de ver concretizada a visita à Unidade de Cuidados Continuados Bento XVI, em Fátima ainda no primeiro trimestre de 2018.

Por sua vez, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) sugeriu a realização de uma reunião de Mesa e Coordenadores que permitisse a análise deste assunto, realçando ainda a divulgação na véspera de um Relatório sobre o Refúgio Aboim Ascensão, considerando que deveria ser tida como prioritária uma visita a esta instituição.

Neste momento, a Senhora Presidente em exercício, Deputada Wanda Guimarães (PS), afirmou que caberia ao Senhor Presidente, Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) proceder ao agendamento da reunião solicitada.

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

Retomou então o uso da palavra o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) referindo que teria de se ausentar antes do final da reunião, pelo que solicitava desde já a antecipação do ponto oitavo, o que mereceu a concordância dos demais grupos parlamentares, tendo a Senhora Presidente comunicado que a apresentação dos pareceres de iniciativas legislativas agendados para aquele dia seria previsivelmente realizada a final, em função de lhe ter sido dado conta pelo respetivo Grupo Parlamentar do PSD que a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) se encontrava presente na reunião de outra Comissão parlamentar que decorrida em simultâneo com aquela reunião, lendo logo de seguida o teor do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, e passando a palavra ao Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) para que procedesse à respetiva apresentação.

8. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP para audição do Governador do Banco de Portugal, igualmente com carácter de urgência, para prestar todos os esclarecimentos sobre os contornos que envolvem a hipótese da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entrar no capital da Caixa Económica Montepio Geral, S.A.;

No âmbito do antecipado oitavo ponto, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) lembrou que, em audições anteriores sobre este assunto, o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) se haviam referido várias vezes ao Senhor Governador do Banco de Portugal, tendo ainda o Senhor Provedor da SCML manifestado no final da sua audição a intenção de encerrar este processo até ao final do mês. Deste modo, enfatizou a natureza urgente da audição requerida, se possível em articulação com Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA), destacando-se a perspetiva da SCML, e dispensando outro tipo de abordagens.

A Senhora Presidente em exercício deu conta aos Senhores Deputados que o Senhor Presidente propusera a manhã de quarta-feira, 31 de janeiro, para a realização desta audição.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

Tomou então da palavra o Senhor Deputado Rui Riso (PS), que mencionou que as referências ao Banco de Portugal nas pretéritas audições foram sempre sobre supervisão bancária, que estão na órbita da COFMA, daí que aquela reunião devesse ser em conjunto com essa Comissão.

Por sua vez, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) mostrou-se favorável à realização de uma reunião conjunta com a COFMA, sugerindo que se perguntasse diretamente a esta Comissão se já agendara audições para a semana seguinte e aguardando, se necessário, pela disponibilidade para a concretização da reunião conjunta.

Submetido à votação, foi o requerimento em apreço aprovado por unanimidade.

Retomou-se então a sequência da Ordem do Dia, entrando-se de imediato na distribuição de iniciativas legislativas prevista no ponto terceiro.

3. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

- **Projeto de Lei n.º 728/XIII (3.ª) - Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da Troika que vieram facilitar os despedimentos e reduzir as compensações devidas aos trabalhadores, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro (BE)**

Deputado autor do parecer: GP do PS;

Tendo em conta a identidade desta iniciativa com o Projeto de Lei n.º 647/XIII/3.ª (PCP), foi incumbida da elaboração do parecer, eventualmente conjunto, a Senhora Deputada Carla Tavares (PS), que já havia sido indicada como autora do parecer sobre o projeto de lei do Grupo Parlamentar do PCP.

- **Projeto de Lei n.º 729/XIII (3.ª) - Altera o regime jurídico aplicável à contratação a termo, concretizando os compromissos constantes do programa de Governo e as recomendações do grupo de trabalho para a preparação de um plano nacional de combate à precariedade, procedendo à 13ª alteração à lei 7/2009 de 12 de fevereiro (BE)**

Deputado autor do parecer: GP do CDS-PP;

O Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) para a elaboração do respetivo parecer.

- **Projeto de Lei n.º 730/XIII (3.ª) - Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da Troika relativas ao despedimento por extinção do posto de**



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

trabalho e elimina a figura do despedimento por inadaptação, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro (BE)

Deputado autor do parecer: GP do PS;

Foi declarado pelo Grupo Parlamentar do PS que posteriormente indicaria o respetivo Deputado autor do parecer.

• **Projeto de Lei n.º 731/XIII (3.ª) - Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório, aprofundando a recuperação de rendimentos e contribuindo para a criação de emprego, procedendo à 13.ª alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro**

Deputado autor do parecer: GP do PS;

Tendo em conta a identidade desta iniciativa com o Projeto de Lei n.º 687/XIII/3.ª (PCP), foi indicada a Senhora Deputada Carla Tavares (PS) para a elaboração do respetivo parecer conjunto de ambos os projetos de lei.

• **Projeto de Lei n.º 732/XIII (3.ª) - Elimina os regimes do banco de horas individual e da adaptabilidade individual, procedendo à 13.ª alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro**

Deputado autor do parecer: GP do PSD;

Tendo em conta a identidade desta iniciativa com os Projetos de Lei n.ºs 712/XIII/3.ª, 713/XIII/3.ª e 714/XIII/3.ª (todos do PCP), foi incumbida da elaboração do parecer, eventualmente conjunto, a Senhora Deputada Carla Barros (PSD), que já havia sido indicada como autora do parecer dos referidos projetos de lei do Grupo Parlamentar do PCP.

Projeto de Resolução n.º 1240/XIII (3.ª) - Recomenda ao Governo que legisle para garantir que os acompanhantes de grávidas nas deslocações inter-ilhas dos Açores tenham as faltas ao trabalho justificadas na legislação laboral (PSD);

Foi dado conhecimento aos Senhores Deputados do agendamento da discussão desta iniciativa para a sessão plenária de sexta-feira, 26 de janeiro de 2018, tendo baixado ainda assim a esta Comissão.

4. Distribuição da COM(2017)797 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis na União Europeia (a remeter à CAE até 26 de fevereiro);

Deputado relator: GP do PS

Considerando que já havia sido indicada na Comissão de Assuntos Europeus para a elaboração do respetivo relatório sobre esta iniciativa europeia, a Senhora Deputada Carla Tavares (PS) assumiu de igual modo a elaboração do relatório nesta Comissão.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

5. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 177/XIII (1.ª) - Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade (PCP)

Deputada autora do parecer: Clara Marques Mendes (PSD);

No sexto ponto da ordem de trabalhos, foi apresentado o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 177/XIII/1.ª (PCP), da autoria da Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que descreveu o objeto, conteúdo e motivação da iniciativa, apreciou a sua conformidade com os requisitos formais, constitucionais e regimentais, bem como o cumprimento da lei formulário, sugerindo o aperfeiçoamento do respetivo título, e concluiu pelo cumprimento dos aludidos requisitos e pelo consequente envio do presente parecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, tendo o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) saudado a autora e agradecido o presente parecer, no que foi secundado pela Senhora Deputada Carla Tavares (PS) e pela Senhora Deputada Rita Rato (PCP), que formulou o desejo de esta iniciativa ser integrada no Grupo de Trabalho – Parentalidade e Igualdade de Género.

6. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 566/XIII (2.ª) - Alarga o período de licença parental exclusiva do pai e estabelece a igualdade na parentalidade em caso de adoção, incluindo a adoção por casais do mesmo sexo, e de utilização das técnicas de PMA (15.ª alteração ao Código do Trabalho e 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril) (BE)

Deputada autora do parecer: Clara Marques Mendes (PSD);

No ponto seguinte da ordem do dia, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) apresentou o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 566/XIII/2.ª (BE) em termos semelhantes ao anterior, começando por sintetizar o objeto, o conteúdo e a motivação da iniciativa, e concluindo pela sua conformidade com os requisitos formais, constitucionais e regimentais, bem como o cumprimento da lei formulário, não deixando porém de sugerir, tal como no anterior parecer, o aperfeiçoamento do respetivo título, e a ponderação da sua entrada em vigor com a aprovação do Orçamento do Estado subsequente à sua aprovação.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, sendo a Senhora Deputada autora do parecer sido saudada pela Senhora Deputada Sandra Cunha (BE), que afirmou que o seu grupo parlamentar acolhia as sugestões formuladas que de resto constavam já da respetiva Nota Técnica em anexo, e ainda pela Senhora Deputada Carla Tavares (PS).



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

7. Fixação da redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 1168/XIII (3.ª) (PSD) e 1181/XIII (3.ª) (PEV) - Recomenda ao Governo a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens;

Neste ponto, procedeu-se à fixação da redação final das iniciativas identificadas em epígrafe por unanimidade, declarando a Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD) que o seu grupo parlamentar concordava com a redação proposta.

9. Outros assuntos.

Por fim, e atendendo à receção do estudo solicitado para a realização da Sessão Pública sobre o Estatuto do Cuidador Informal, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) sugeriu o agendamento deste debate para sexta-feira, 2 de fevereiro, data aprovada por unanimidade pela Comissão, tendo-se ainda fixado que as entidades a convidar deveriam ser indicadas pelos grupos parlamentares até à próxima sexta-feira, 26 de janeiro.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de janeiro de 2018.

A VICE-PRESIDENTE

(WANDA GUIMARÃES)



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
Maria das Mercês Borges
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Diana Ferreira
Helga Correia
Sandra Cunha
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Feliciano Barreiras Duarte
José Rui Cruz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Pedro Roque

